

“À margem do paroquialismo metodológico”

Comentário à tese de doutoramento de Luís Enrique da Silva de Paiva,
UFMG, 2002

Estou muito de acordo, e comparto plenamente a preocupação de Luís Enrique ao escrever esta tese de doutoramento: criticar a maneira frequentemente simplória pela qual os cientistas sociais brasileiros têm sido interpretados, em termos um suposto conceito de “Pensamento Social no Brasil”, e defender a noção de que o trabalho de pesquisa deve fazer parte de uma cadeia de trabalho de escopo internacional, aonde as questões sobre que problemas são tratados, e como eles são ou não resolvidos, devem adquirir preeminência.

Para isto, ele faz uma análise histórica da evolução das teorias a respeito do relacionamento entre “raça” e “civilização”, ou cultura, ou desenvolvimento, e mostra que dois antropólogos brasileiros que trataram do tema, Roquete Pinto e Gilberto Freyre, dialogavam com estas teorias e contribuíram, em certa medida, para sua evolução. Segundo Luís Enrique, é por esta contribuição, e não pelos condicionantes sociológicos, políticos ou culturais que informaram seus trabalhos, é que as contribuições de Roquete Pinto e Gilberto Freyre devem ser avaliadas. Não sendo especialista no tema, me parece que o sumário que Luís Enrique apresenta das teorias sobre raça está muito bem feito, e a análise que faz das ideias e contribuições de Roquete Pinto e Gilberto Freyre me parecem também bem feitas, e expostas com muita clareza e concisão.

Apesar de concordar com a intenção, no entanto, eu discordo profundamente da maneira com que ele desenvolve seu raciocínio. Me parece que ele adota, de maneira muito simplista, uma visão ingênua a respeito do que é o trabalho científico, simplificando os problemas epistemológicos e desprezando, de maneira inaceitável, todas as questões colocadas pela sociologia da ciência que, dado o orientador que tem, ele certamente não deveria desconhecer; faz um “straw man” do que ele chama de “pensamento social”, sem discutir em profundidade nem mencionar diversos autores que têm refletido sobre as tradições brasileiras de ciências sociais; e, ao final, não nos diz nada realmente satisfatório e significativo a respeito da eventual importância de Roquete Pinto e Gilberto Freyre, nem sobre a atualidade da questão racial no mundo de hoje. Examinemos estes pontos um a um.

1. Ciência e história da ciência

Luís Henrique adota a visão de Karl Popper a respeito do que seja o trabalho científico, e tem uma perspectiva totalmente “whigish” a respeito de sua evolução. Nesta perspectiva, o trabalho científico consistiria na identificação e solução progressiva de problemas postos por pesquisas anteriores, e o desenvolvimento da ciência seria uma história de erros e incompreensões antigas que vão sendo gradualmente esclarecidas pelo trabalho de pesquisa. A ciência progrediria de forma “autônoma e objetiva”, segundo sua lógica interna, e independentemente de seu contexto social. A única maneira de avaliar um trabalho como o de Roquete Pinto, ou Gilberto Freyre, seria o de ver a importância da contribuição de cada um para esta progressão contínua e universal, e o fato de eles terem vivido no Brasil, na China ou nos Estados Unidos não teria maior importância.

Esta maneira de entender a natureza do trabalho científico ignora toda a formidável história de debates epistemológicos e sociológicos a respeito do tema, que não poderiam ser deixados de lado. A visão de Popper a respeito da ciência é muito interessante, mas está longe de ser a única e de ser consensual. Por exemplo, ele não considera de maneira adequada a questão da indução, que é tão ou mais importante na evolução do conhecimento do que a resolução de problemas. Ele tem uma visão linear do desenvolvimento da ciência, ignorando toda a problemática dos “paradigmas” e sua evolução colocada pelos trabalhos de Thomas Khun. Ele não toma em conta de que não existe uma metodologia e epistemologia única para tudo o que se faz hoje sob o título de “ciência”, e que não existem linhas de demarcação claras e nítidas entre o que seja “conhecimento científico” e o que sejam outras formas de conhecimento. A citação abaixo, de um analista, ajuda a colocar a Popper em uma perspectiva mais ampla:

Instead of espousing a view as riddled with internal flaws as Popper's, we can reasonably continue to believe that there really are inductive practices, that people do discriminate differences of probative weight in evidence and do rely on logically inconclusive evidence for many beliefs they hold, and further that such evidence can, under certain circumstances, genuinely provide *rational* support for our claims to know a great variety of empirical statements. Popper's fear of "subjectivist" views has led him to exclude from the analysis of science not only those judgments correctly described as infected with bias or subjective distortions, but also what is *typical* in science: decisions and cases of deliberation which are not strictly dictated by universal and exceptionless rules, but which require personal judgment; consequently,

he leaves outside the scope of critical guidance the practices that most need it.(Lieberson 1982)

Outro comentarista mais recente conclui desta forma sua resenha da obra de Popper:

The important question is what is worth debating, and this (for Popper) will be what is open to falsification— or, put more generally, to rational criticism. The question of what counts as science strikes me as uninteresting, especially when history and social studies pass the test. The so-called sciences differ markedly among themselves— from the formal sciences to the empirical sciences, from the science of the inanimate world to the science of organisms, from the natural sciences to the social sciences. What prompts the use of the word "science" in all these disparate cases is simply that the discourse in question has achieved a certain vaguely defined level of rigor and system; there is no deeper meaning than that to the term (McGinn 2002).

Se a concepção ciência de Popper e de outros defensores da “objetividade” e “autonomia” absoluta das ciências fosse verdadeira, estudar a história da ciência não faria nenhum sentido, porque ela nunca poderia ser nada mais do que a narrativa de concepções falsas que foram sendo corrigidas pelo avanço da ciências. O que faz a história da ciência interessante, no entanto, não é a narrativa da marcha triunfal da Verdade, mas o conhecimento que ela nos permite de mundos de sentido, conhecimento e de organização da vida humana diferentes dos nossos, colocando nossa experiência atual em um contexto muito mais amplo do que o de nossa experiência imediata.

2. A sociologia da ciência

Luís Henrique menciona de passo o “manifesto” da sociologia da ciência de 1976 de David Bloor (Bloor 1976), e dá como tola a preocupação em estudar as ciências como um fato social, que gerou toda uma enorme literatura a partir daí. Mas fica evidente que ele não entendeu a Bloor. A sociologia da ciência, na versão de Bloor e seus seguidores, nunca pretendeu estabelecer critérios para avaliar o mérito do conhecimento científico. O que ela busca é estabelecer conexões (e, no caso de Bloor, conexões de causalidade) entre o contexto social e os conhecimentos gerados ou desenvolvidos neste contexto. Muito antes de Bloor, autores marxistas (como o próprio Marx, em *Ideologia Alemã*, e mais tarde Lukács) trataram de interpretar e avaliar autores e obras em termos de suas ideologias, e Engels e Lênin, como é sabido, tentaram fazer o mesmo em relação às ciências naturais (Marx and Engels 1998)(Engels 1972)(Lukács 1971)(Lenin 1970). Mas esta

tradição, totalmente desacreditada, e adotada no Brasil por autores como Carlos Guilherme Mota, não tem nada a ver com a moderna sociologia da ciência, como o texto de Luís Enrique faz supor.

A literatura e os debates gerados pelo “programa de pesquisa” inaugurado por Bloor são extremamente ricos e controversos. Quem lê o texto de Luís Enrique não tem como perceber isto. Sem poder pretender resumi-los aqui, eu mencionaria alguns de seus pontos principais. Primeiro, esta literatura mostra à exaustão que não existe um “método científico” único que distinga o conhecimento científico de outras formas de conhecimento; segundo, ela permite levantar hipóteses e pesquisar porque determinados temas e questões são postos ou abandonados em determinados momentos, por razões que não são simplesmente “científicas”, mas obedecem a motivações de toda ordem; terceiro, ela permite entender os processos reais pelos quais os temas científicos são identificados, as controvérsias são abertas e, posteriormente, são encerradas; estes processos se dão por uma mistura de argumentos, dados, demonstrações, construções de consenso e preparação de evidências que variam entre diferentes disciplinas e momentos históricos. Quarto, ela permite estudar e entender a pesquisa e a atividade científica como um sistema social, e não, simplesmente, como uma marcha desencarnada da Razão.

É certo que, em nome da sociologia da ciência, existem autores que pretendem reduzir todo o conhecimento a um processo subjetivo e “social”, no qual a “realidade objetiva” não teria nenhum papel, regredindo, de alguma forma, às desacreditadas análises ideológicas do marxismo tradicional. Mas esta posição é tão insustentável quanto a dos “objetivistas” que acreditam na Ciência autônoma e se recusam a vê-la com a complexidade que tem, e encontra muito pouco apoio entre os pesquisadores mais significativos da sociologia da ciência contemporânea, que insistem na importância de considerar a natureza e os objetos técnicos como elementos constitutivos do conhecimento em todas as suas formas (Callon and Latour 1992).

3. A crítica ao “pensamento social brasileiro”.

É muito fácil criticar as interpretações mais grosseiras das ciências sociais brasileiras, que se valem de raciocínios ideológicos simplistas e emitem julgamentos sobre autores em função de seu alinhamento mais ou menos “politicamente correto” com determinadas posturas. Luís Henrique tem razão, não faltaram os que tentaram desqualificar a obra de Gilberto Freyre porque ele não falava de luta de classes, ou a obra de Caio Prado Jr. porque ele era marxista.

Mas nem todas as análises e interpretações das ciências sociais brasileiras se reduzem a isto, e não me parece correto pretender que a única maneira válida de examinar trabalhos como o de Roquete Pinto, Gilberto Freyre ou Caio Prado Jr. seja pela eventual contribuição destes autores à evolução “objetiva” do “conhecimento científico” nas suas respectivas áreas de trabalho. Começando por este último ponto, não há evidência – ou, pelo menos, Luís Henrique não mostra – que os trabalhos de Roquete Pinto e Gilberto Freire tenham, de alguma maneira, influenciado os debates que ocorriam nos Estados Unidos e Europa naquela época a respeito do tema racial. Luís Henrique critica o que ele chama de “trânsito documentável de ideias” como um exercício irrelevante sobre origens e influências de ideias; mas acredito que, se o único critério para avaliar a obra destes dois autores é sua eventual participação na elaboração do conhecimento universal, e se não for possível documentar que esta participação realmente ocorreu, então estudar estes autores é também totalmente irrelevante, ainda que sua contribuição potencial pudesse ter sido significativa. A rigor, a análise seria irrelevante mesmo que estes autores tivessem tido alguma participação nas discussões americanas e europeias, porque tudo o que se dizia a respeito de raças naqueles anos já pertence ao lixo da história, varrido pela sua marcha triunfante a caminho da Verdade.

Mas é claro que não se trata disto. Gilberto Freyre não trabalhava, simplesmente, para construir uma nova teoria a respeito do relacionamento entre raça, cultura e civilização. Sua contribuição principal foi a fenomenologia extremamente rica que ele produziu a respeito da sociedade brasileira, a partir do uso imaginativo de fontes e evidências até então desconhecidas ou ignoradas. Esta realidade exótica e complexa que ele descrevia rompia com estereótipos fáceis, que tentavam enquadrar a história e a sociedade brasileira em esquemas interpretativos simplistas, como os de tipo marxista ou de tipo racista tradicionais. É possível imaginar que o prestígio internacional que Gilberto Freyre gozou se deva sobretudo à realidade nova que ele mostrava, mais do que às teorias específicas, de tipo “científico”, que ele defendia¹. Sua grande tese, a da existência de uma “civilização luso-tropical”, que terminou ingloriamente como uma tentativa de justificar o colonialismo português sobre a África nos anos de Salazar, é a parte menos

¹ Seria possível analisar a recepção de Casa Grande e Senzala fora do Brasil pelos textos reproduzidos em recente edição crítica desta obra. Um destes textos, de Maybury-Lewis, ressalta justamente a contribuição de Freyre para a interpretação da sociedade brasileira, cuja importância compensaria as demais debilidades da obra. Veja a respeito Maybury-Lewis 2002.

interessante e significativa de seu trabalho. Não se pode entender a Gilberto Freyre, e o que sua obra tem de duradouro e de efêmero, pela crítica ideológica a seu trabalho, e nem por sua minúscula, eventual e efêmera contribuição a um debate internacional sobre teorias raciais, no qual não parece ter tido participação significativa. E não se pode entender suas motivações, os temas que escolheu, a rejeição e o reconhecimento que recebeu em determinados círculos, sem saber o que significava ser um intelectual da elite nordestina daqueles anos, e a receptividade possível de intelectuais deste tipo nos meios científicos europeus e norte-americanos daqueles anos.

Porque Gilberto Freyre continua sendo um autor atual, enquanto que Roquette Pinto não desperta maior interesse hoje, a não ser como uma relíquia do passado? Não há de ser pela eventual contribuição, em ambos os casos efêmera, ao tema do relacionamento entre raça, a civilização, e o progresso. A utilizarmos este critério, seria razoável esperar uma presença maior de Roquete Pinto, que era sem dúvida melhor versado no uso de técnicas científicas e empíricas mais rigorosas, para testar e refutar hipóteses conforme o modelo de Popper. Eu arriscaria a dizer que a atualidade de Gilberto Freyre se explica por duas coisas. Primeiro, porque sua fenomenologia da sociedade escravocrata brasileira continua insuperável – ninguém fez isto melhor do que ele. E, segundo, porque sua obra toca um tema de grande atualidade, que é o da variedade das diferentes experiências históricas do escravismo, e suas consequências para a constituição das sociedades modernas.

O principal objetivo da história da ciência, ou do pensamento social, como quer que se denomine, não é, como pensa Luís Enrique, emitir juízos sobre o mérito ou a contribuição relativa de autores passados sobre as ideias e conhecimentos contemporâneos. É, sobretudo, tornar inteligível a época e o mundo em que eles viveram, e do qual sua obra intelectual faz parte.

4. A questão nacional

Luís Henrique acompanha a Evaldo Cabral de Melo ao dizer que a questão nacional é irrelevante, no máximo uma espécie de “angústia de identidade” de países periféricos e inseguros. Se entendermos esta questão como uma busca interminável pelo sentido profundo da “brasilidade”, em contraposição com a “argentinidade” ou a “americanidade”, não há dúvida que ambos têm razão. Mas se entendermos a questão como referida às possibilidades de constituição de uma ordem social moderna, desenvolvida, e compatível com os valores contemporâneos de justiça social, então não se trata, para nada, de um tema irrelevante. Ao contrário, este tem sido o tema central de todos os cientistas

sociais mais importantes em todo o mundo, que colocaram os temas da racionalidade, da solidariedade, da cultura, dos valores morais e da equidade social no centro de suas atenções. A importância de Max Weber, para tomar um exemplo citado por Luís Henrique, não está na proposição dos tipos ideais como metodologia para a análise de sistemas sociais complexos, e nem mesmo na sistematização que procurou fazer de uma série de conceitos com os quais trabalhava. Ela está nas respostas que procurou dar à questão da constituição de uma ordem social específica, a das sociedades racionais-legais da Europa ocidental, em contraposição a outras sociedades e culturas, como a da China e da Índia. Weber, da mesma forma que Parsons, de Tocqueville, Gilberto Freyre, Oliveira Viana, Rui Barbosa, Seymour Lipset, Juan Linz, Hélio Jaguaribe e tantos outros, dedicaram suas obras a entender como determinadas sociedades se organizam, que possibilidades têm de se transformar, e participaram intensamente dos debates e polêmicas de seu tempo. Ao fazer isto, eles produziram conceitos, interpretações, teorias, e dialogaram com outros autores e fontes que lhes eram significativas. O fato de que tenham tido como referência uma ou mais “civilizações”, nações ou culturas, é irrelevante. Eles não podem ser “explicados” ou avaliados, simplesmente, pelo contexto em que viveram, mas tampouco podem ser compreendidos – nem eles, nem sua obra, nem suas ideias – fora do contexto em que viveram e trabalhavam.

5. A questão racial.

Luís Henrique fez um grande esforço em reconstituir a história da temática racial na antropologia norte-americana e europeia, e usar isto como marco de referência para avaliar o trabalho de Roquete Pinto e de Gilberto Freyre. Uma tarefa inglória, dada a concepção “Whig” que ele espousa da história da ciência, que desqualifica *a priori* todos os autores do passado, independentemente de sua maior ou menor inserção nos circuitos científicos de seu tempo.

Além disto, eu fico com a sensação de que ele faz uma leitura seletiva desta história. As tentativas de explicar o desenvolvimento e a civilização por fatores raciais eram somente uma entre várias correntes que, desde pelo menos o século XVIII, tratavam de responder a esta questão. Marx, por exemplo (que tinha os preconceitos e concepções racistas próprias de sua época), não dá maior importância a esta variável, desenvolvendo, em contraposição, uma teoria sobre os determinantes tecnológicos do processo civilizatório. O tema racial é também irrelevante para autores como Max Weber, Émile Durkheim e Norbert Elias, que desenvolvem teorias de desenvolvimento que incorporam

variáveis de tipo cultural e social que não tomam em consideração supostos determinismos de tipo biológico ou físico. Ainda que as teorias racistas tivessem sua importância no contexto da antropologia, e fossem usadas na justificação do antissemitismo nazista, é possível argumentar que elas tenham tido um lugar pouco importante nas interpretações a teorias a respeito do progresso e da civilização modernas.

É inconcebível que Luís Henrique tenha dedicado sua tese de doutoramento a estudar a contribuição efêmera de dois brasileiros a um debate já superado a respeito do relacionamento entre raça, cultura e civilização. Por outro lado, sabemos que o tema das diferenças e conflitos culturais e raciais está mais presente do que nunca, das tentativas de introduzir no Brasil as clivagens raciais norte-americanas aos problemas de constituição de estados nacionais multirraciais em países como a África do Sul e a América andina, sem falar, evidentemente, no grande “conflito das civilizações” previsto por Samuel Huntington e dramatizado pelos conflitos da Palestina e o 11 de setembro de 2001. Será que entender os tempos de Roquete Pinto de Gilberto Freyre, suas visões sobre a sociedade em que viveram, e a maneira que foram recebidos, nos ajuda a entender algo do que está ocorrendo hoje? Pode ser, mas isto é algo que Luís Henrique não tentou fazer.

Referências

- Bloor, David. 1976. *Knowledge and social imagery*. London, Boston: Routledge & K. Paul.
- Callon, Michel and Bruno Latour. 1992. "Don't throw the baby out with the Bath School! a reply to Collins and Yearley." Pp. 343-368 in *Science as Practice and Culture*, edited by A. Pickering. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- Engels, Friedrich. 1972. *Dialectics of nature*. Moscow,: Progress Publishers.
- Lenin, Vladimir Ilšich. 1970. *Materialism and empirio-criticism, critical comments on a reactionary philosophy*. Moscow,: Progress Publishers.
- Lieberson, Jonathan 1982. "The Romantic Rationalist (Review of Karl Popper, Postscript to The Logic of Scientific Discovery)." *The New York Review of Books*, December 2.
- Lukács, Gyorgy. 1971. *History and class consciousness; studies in Marxist dialectics*. Cambridge, Mass.,: MIT Press.
- Marx, Karl and Friedrich Engels. 1998. *The German ideology : including Theses on Feuerbach and introduction to The critique of political economy*. Amherst, N.Y.: Prometheus Books.
- Maybury-Lewis, David H. D. 2002. "The Masters and the Slaves." Pp. 1111-1116 in *Casa-grande & senzala / Gylberto Freyre: edição crítica*, edited by G. Giucci, E. R. Larreta, and E. N. d. Fonseca. Madrid; Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX.
- McGinn, Collin. 2002. "Looking for a Black Swan." *The New York Review of Books*.